



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA GRACIOSA**

**ATA N.º 16/2025**

### **Reunião Pública Ordinária de 20 de junho de 2025**

Ao vigésimo dia do mês de junho do ano dois mil e vinte cinco, pelas nove horas e trinta minutos, no salão nobre do edifício dos Paços do Município de Santa Cruz da Graciosa, reuniu ordinariamente, a Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, estando presentes, o Senhor Presidente António Manuel Ramos dos Reis, o Vereador José Manuel Gregório Ávila, o Vereador João Natal Lima Bettencourt e a Vereadora Lara Isabel Freitas Sousa. Faltou por motivo justificado, o Vereador Adolfo Nuno Gregório Vasconcelos, que ao abrigo número 1 do artigo 78.º e número 1 do artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, se fez substituir por Tiago Manuel Espínola Louro. -----

#### **Período antes da ordem do dia**

O Senhor Presidente deu início à reunião cumprimentando os senhores Vereadores. De seguida foi presente o Resumo Diário da Tesouraria, referente ao dia 18 de junho que acusava o seguinte saldo: Operações orçamentais €2 206 809,52 e Operações não orçamentais €26 089,11. Foi dado conhecimento de um agradecimento do Bazar Diplomático, que conseguiu angariar o total de 8099,90€ no Stand Açores, valor esse atribuído à instituição Recolhimento de Santa Maria Madalena, da Vila do Porto. O Vereador José Ávila

solicitou a palavra e sugeriu que se ajustasse alguns requerimentos de forma a simplificar os pedidos dos Municípios, nomeadamente no que concerne aos pedidos de isenção de licenciamento. O Senhor Presidente afirmou que a simplificação de alguns procedimentos administrativos estão a ser implementados de forma gradual, no que respeita ao exemplo dado, é necessário verificar na lei o que exigem. O Vereador José Ávila, no uso da palavra questionou pela situação das bicicletas elétricas, ao que o Senhor Presidente respondeu que o técnico da empresa fornecedora dos equipamentos esteve recentemente na nossa ilha, reparou as comunicações das docas, foi criado um posto em São Mateus, efetuou o levantamento das necessidades dos equipamentos que se encontram danificados, para apresentação de orçamento e voltar à ilha para a sua intervenção. O Vereador José Ávila solicitou a palavra e questionou se a Câmara efetuou análises de água à Poça dos Cavalos e à Poça das Salemas, conforme sugerido no ano anterior, ao que o Senhor Presidente afirmou que todas as análises recebidas foram de bons resultados e a Vereadora Lara Sousa confirmou que foi solicitado análises na Poça dos Cavalos, Poça das Salemas, Porto da Folga, Porto do Carapacho e Porto Afonso, além das Zonas Balneares identificadas. O Vereador José Ávila, ainda no uso da palavra alertou para a questão da desratização, situação que a Câmara Municipal tem por vezes substituído às obrigações do Governo Regional, questionando se este investimento é para se manter e qual o custo do mesmo, ao que o Senhor Presidente esclareceu que quando tomou posse a situação da desratização estava descontrolada, tomou a iniciativa de reunir com todos os Serviços de Ilha do Governo Regional dos Açores, Juntas de Freguesia e Direção Regional da Agricultura, que resultou de um processo conjunto dos intervenientes em duas intervenções por ano. No que respeita ao investimento o rodenticida é adquirido pela Câmara Municipal e pelo Governo Regional, num investimento municipal a rondar os nove mil euros. O Vereador José Ávila solicitou a palavra e questionou o Senhor Presidente se a Câmara Municipal tem candidaturas no âmbito do PRR, ao que o Senhor Presidente afirmou que tem a Estratégia Local de Habitação, Modernização Administrativa e mais recentemente vai se candidatar à modernização do sistema de projeção de cinema do Centro Cultural da Ilha Graciosa. O Vereador José Ávila afirmou que os Municípios têm a possibilidade de utilizar imóveis da responsabilidade do

Governo da República e que após o pedido a resposta é célere, o Senhor Presidente informou que após ter recebido essa informação, reuniu com um Deputado da República que se disponibilizou em recolher mais informações sobre este assunto, mas após a queda do Governo da República, não obtivemos mais dados, assunto este que iremos retomar o mais breve possível. O Vereador João Natal Bettencourt solicitou a palavra e questionou se todas as zonas balneares estão asseguradas com nadadores-salvadores, ao que o Senhor Presidente afirmou que as mesmas têm os nadadores-salvadores contratados e tudo preparado para o arranque da época banhar a um de julho. O Vereador João Natal Bettencourt ainda no uso palavra alertou para a limpeza das estradas, no que diz respeito a corte de ervas, o Senhor Presidente afirmou que é uma situação que nos preocupa e que solicitou uma reunião com os responsáveis dos Serviços de Ilha do Governo Regional para reforçar a necessidade de um esforço extra de forma a mitigar esta situação. O Vereador João Natal Bettencourt, solicitou a palavra e questionou pelo término do Caminho dos Fenais, ouvindo que a caldeira de asfalto da Tecnovia encontra-se avariada, ao que o Senhor Presidente afirmou que na semana passada estava tudo preparado para iniciar a aplicação do asfalto, mas por motivos meteorológicos não foi possível, não tendo conhecimento da avaria da caldeira de asfalto da empresa. -----

#### **1 – Apoio à Natalidade. -----**

Foi apresentado pelo Senhor Presidente, a ata n.º 04/2025 da Comissão de Análise das Candidaturas de Apoio à Natalidade, que propôs a atribuição de 2267,25€. Após análise da proposta, a mesma foi colocada a votação, a qual foi deliberada por unanimidade. -----

#### **2 – Prestação de Contas Consolidadas. -----**

Terminado 2024 e com os documentos de prestação de contas e o relatório de gestão do referido ano do Município de Santa Cruz da Graciosa, aprovados e sendo a empresa mãe do Grupo Municipal, tem a obrigatoriedade de apresentar as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de dois mil e vinte e quatro com a empresa local Empresa de Transportes Coletivos da Ilha Graciosa (Entidade detida a 78,35%) e com a ASCIG – Associação Sócio Cultural da Ilha Graciosa, pois face ao disposto nos artigos 75º/5, d) da Lei n.º

73/2013, de 3 de setembro e 2º/2, a) e 51º/1, o) da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, dando-se todos por reproduzidos, a ASCIG – Associação Socio Cultural da Ilha Graciosa está a ser enquadrada como uma entidade pertença do denominado “Grupo Municipal”. A ASCIG, promoveu Graciosa Sound Fest e a Feira Taurina, assim como toda a animação da Praça Fontes Pereira de Melo, a comissão decidiu manter o modelo apresentado no ano transato, como por exemplo, trazendo de novo à ilha artistas de renome nacional e internacional de forma a cativar mais pessoas a visitar a nossa ilha. Empresa de Transportes Coletivos da Ilha Graciosa manteve a sua atividade regular. Da consolidação de contas resulta o total de ativo no valor de 31.243.319.08€, total do Património Líquido 30.253.937.74€ e Passivo de 989.381.34€, com um Resultado Líquido do Exercício 399.830.78€. As contas do Município foram auditadas e certificadas pelo auditor externo, nos termos do artigo 77.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, as contas da Empresa de Transportes foram auditadas e certificadas pelo auditor externo, as da ASCIG foram certificadas pelo Contabilista Certificado. As Demonstrações Financeiras Consolidadas serão certificadas pelo auditor externo. Estas Demonstrações Financeiras Consolidadas serão remetidas ao Tribunal de Contas até 30 de junho de 2025. O Vereador José Ávila no uso da palavra destacou os resultados obtidos pela Empresa de Transportes Coletivos da Ilha Graciosa, e sugeriu que o documento fosse acompanhado pelo relatório da Associação, ao que o Senhor Presidente informou que irá propor aos serviços administrativos. Colocada a votação foi aprovado por maioria com a abstenção dos Vereadores do Partido Socialista. -----

### **3 – 4ª Alteração ao Orçamento e Despesas de 2025 e Modificações às GOP (PPI e AMR). -----**

Após uma explicação pelo Senhor Presidente da Câmara, onde informou que esta alteração ao orçamento se deve à necessidade de reajustar as verbas disponíveis para a rede viária, tendo em vista o lançamento do concurso das estradas municipais, nomeadamente a Canada do Meio Moio no Guadalupe, Trás do Pico em Santa Cruz e Canada dos Amarelos na Luz, empreitada que tem a duração de oito meses, o mesmo foi colocado a votação e aprovado por unanimidade. -----

#### **4 – Paróquia de Nossa Senhora de Guadalupe - Pedido de Apoio. -----**

O Senhor Presidente apresentou a proposta de atribuição de um apoio no valor de 2000€ à Paróquia de Nossa Senhora de Guadalupe, para fazer face a despesas com as obras de requalificação da Ermida de São Miguel Arcanjo, situada nas Almas. Colocada a votação, a proposta foi deliberada por unanimidade. -----

#### **5 – Projetos de Obras Particulares. -----**

Ao abrigo das competências específicas estabelecidas pelo Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), nomeadamente as descritas nos n.ºs 1 e 4 do artigo 5.º, para efeito do cumprimento do previsto no artigo 23.º, todos do referido diploma legal, com base nos pareceres técnicos analisados pela Secção de Urbanismo, Obras, Fiscalização e Desenvolvimento Socioeconómico desta Autarquia, anexos à referida Proposta – vide Relação de Processos de obras particulares sujeitos a licenciamento a deliberar em Reunião de Câmara do dia 20/06/2025. -----

Foi aprovado por unanimidade deferir o projeto de arquitetura, referente à obra descrita no processo n.º 05/2025LIC, de 10 de fevereiro, com vista a alteração com ampliação vertical para Casa de Campo-TER, requerido por Inês Boga Melo, obra sita em Beira Mar da Vitória, n.º 10A, Freguesia de Guadalupe, Concelho de Santa Cruz da Graciosa, na sequência de parecer favorável ao Projeto de Arquitetura/MGD n.º 1060. -----

Foi aprovado por unanimidade indeferir o projeto de arquitetura, referente à obra descrita no processo n.º 10/2025LIC, de 12 de março, com vista a legalização de casa de veraneio, requerido por Victor Alexandre Bettencourt, obra sita em Baía do Filipe, n.º 3, Beira Mar da Luz, Freguesia da Luz, Concelho de Santa Cruz da Graciosa, na sequência de parecer desfavorável ao Projeto de Arquitetura/MGD n.º 1068. -----

Foi aprovado por unanimidade inviabilizar o pedido de informação prévia n.º 04/2025, de 21 de abril, com vista a alteração e ampliação de restaurante/bar, requerido por JA- PUB BAR VILA SACRAMENTO, Lda, obra sita em Estrada Nova, n.º 7, Freguesia de Santa Cruz da Graciosa, Concelho de Santa Cruz da

Graciosa, na sequência de parecer desfavorável à proposta apresentada/MGD n.º 1056. -----

Foi aprovado por unanimidade deferir a operação de loteamento, referente ao processo n.º 02/2025OL, de 28 de março, com vista a alteração ao Alvará de Loteamento n.º 15/1983, requerido por Duarte Jorge Veiga Nogueira, sito em Rua da Boa Vista, Freguesia de Santa Cruz da Graciosa, Concelho de Santa Cruz da Graciosa, na sequência de parecer favorável à operação de loteamento-aditamento ao alvará / MGD n.º 1029. -----

Foi aprovado por unanimidade deferir a operação de loteamento, referente ao processo n.º 03/2025OL, de 21 de maio, com vista a alteração ao Alvará de Loteamento n.º 01/2005, requerido por Vila Jardim- Construção e Reparação de Edifícios, LDA, sito em Lugar das Figueiras, Freguesia de Santa Cruz da Graciosa, Concelho de Santa Cruz da Graciosa, na sequência de parecer favorável à operação de loteamento- aditamento ao alvará / MGD n.º 1070. -----

### **Período de Intervenção do Público**

Sendo uma Reunião Pública, ao abrigo do artigo 9.º do Regimento da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Câmara deu início ao Período de Intervenção do Público. Ao abrigo do número 3 do artigo 9.º do Regimento da Câmara Municipal, os Munícipes Jorge Cunha e Jorge Espínola inscreveram-se para solicitar informações sobre um empreendimento que está previsto acontecer num loteamento com confrontação à Urbanização Vila Flor, nomeadamente no que diz respeito à possível utilização das infraestruturas desta urbanização, o Senhor Presidente solicitou apoio técnico ao Arquiteto Ricardo Mendonça para esclarecimento dos Munícipes no que concerne a esta questão. O Senhor Arquiteto informou que esse processo se encontra a aguardar a regularização da operação de loteamento para posterior análise ao mesmo. O Munícipe Jorge Cunha, alertou para o fato de haver muita poluição sonora na época de verão, sugerindo que a Câmara Municipal alerte a quem de direito, ao que o Senhor Presidente informou que irá remeter esta preocupação para as entidades competentes de fiscalização. Ainda no uso da palavra o Munícipe Jorge Cunha alertou para as instalações sanitárias de apoio à zona balnear da Calheta se

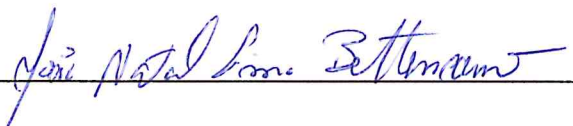
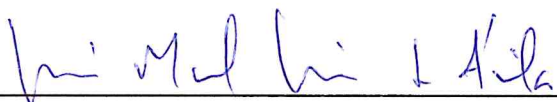
apresentar regularmente com detritos de areias provenientes de uma obra que decorre na proximidade, o Senhor Presidente respondeu que a mesma é alvo de limpezas diárias e que irá alertar o proprietário da obra para melhor acondicionamento do material. O Município Jorge Espínola, solicitou a palavra e alertou para o pouco espaço de estacionamento junto ao Município, situação esta que causa alguns constrangimentos a quem tem pouca mobilidade e que recorre aos serviços municipais, o Senhor Presidente concordou com o alerta e o Vereador Tiago Louro sugeriu que se destinasse alguns lugares para o expediente da Câmara Municipal. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a reunião de que se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----

O Presidente de Câmara



Os Vereadores



O Chefe de Gabinete,

